



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
Secretaria Municipal de Administração e
Inovação Tecnológica - Diretoria de Núcleo de
Contratos
Declaro para atender ao que dispõe no artigo
94 da Lei n. 14.133/21 que o resumo do
contrato firmado entre o Município de
Alagoinhas foi publicado na Imprensa Oficial
DOM e PNCP em 02/03/2026
V8-1316
DIRETORIA DE NÚCLEO DE CONTRATOS
(Serviço e Matrícula)

CONTRATO N.º 033/2026.

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM
LADO, MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS E, DO
OUTRO, JORGELÉA CANA BRAZIL
FREITAS COSTA.

O MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Praça Graciliano de Freitas, s/n, Alagoinhas - BA, CEP: 48.000-901, inscrito no CNPJ/MF sob número 13.646.005/0001-38, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, a Sra. LIANNE ARAUJO CARMO, inscrita no CPF/MF sob nº. 783.***-04 e portadora do RG sob o nº. 2046674880 SSP/BA, doravante denominada LOCATÁRIO e a Sra. JORGELÉA CANA BRAZIL FREITAS COSTA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 152.858.***-53, portadora do RG sob o nº 069630362-7 SSP/BA, residente e domiciliada a Rua Mauricio Telles, nº 09, Centro, Alagoinhas, Bahia, CEP: 48.005-460, doravante denominada LOCADORA, celebram o presente contrato de locação de imóvel, segundo as condições descritas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. – O presente Contrato é celebrado com base na Inexigibilidade de Licitação n.º 005/2026, fundamentada no art. 74, V, da Lei n.º 14.133/2021, conforme Processo Administrativo n.º 276/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. – Constitui objeto do presente contrato a LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA AVENIDA SEVERINO VIEIRA, Nº 407, CENTRO, ALAGOINHAS-BA PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERENCIA DE ATENDIMENTO À MULHER - CRAM.

	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTID	VLR UNT	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA AVENIDA SEVERINO VIEIRA, Nº 407, CENTRO, ALAGOINHAS – BA PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER-CRAM.	MÊS	12	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00
VALOR TOTAL ANUAL =====>					R\$ 42.000,00

2.1. – ESPECIFICAÇÕES DO IMÓVEL

O imóvel possui 247,50m² de área construída, cujas configurações estruturais constam no Relatório de Vistoria Técnica do Imóvel, em anexo, assinado por Arquiteto e Urbanista, credenciado pelo Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) LOCADOR (A)

3.1. – Caberá ao (a) LOCADOR (A), além do cumprimento das obrigações especificadas no artigo 22 da Lei n.º. 8.245/1991:

- a) Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;
- b) Pagar os impostos incidentes sobre o imóvel
- c) Incorrer nas despesas relacionadas com:
 - I – As obras ou serviços exigidos pela segurança da construção ou pela correção de falhas ocorridas na edificação do imóvel;
 - II – Desgastes ou deteriorações anteriores, total ou parcialmente, à presente locação.
- d) Entregar em perfeito estado de funcionamento o sistema de combate a incêndio, bem como o sistema hidráulico e a rede elétrica;

PMA
VIST
PROGER-ADM

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA**

- e) Informar ao LOCATÁRIO alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;
- f) Indicar preposto para representá-la durante toda a execução do contrato;
- g) Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de inexistência de licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) LOCATÁRIO (A)

4.1. – Caberá à LOCATÁRIA, além do cumprimento das obrigações especificadas no Art. 23 da Lei nº. 8.245/1991:

- a) Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com a finalidade pública a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu;
- b) Levar imediatamente ao conhecimento do locador o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba;
- c) Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas seus servidores ou visitantes;
- d) Entregar, imediatamente, ao locador os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ele, locatário;
- e) Permitir a vistoria do imóvel pelo locador ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora;
- f) Pagas as despesas relativas ao fornecimento de água e energia elétrica, taxa de lixo, iluminação pública e as relativas à coleta do esgoto sanitário;
- g) Restituir o imóvel, quando finda a locação, no estado e quem o recebeu, conforme Laudo de Vistoria, salvo as deteriorações de seus uso normal;
- h) Exercer o direito de retenção do imóvel locado até que seja devidamente indenizado pela execução, nele de benfeitorias necessárias, quando a LOCADORA, previamente notificada, houver se recusado a realizá-las;
- i) A designação fiscal do contrato será realizada mediante portaria que será definido pelo Secretário de Desenvolvimento Social antes do início da execução do contrato objetivando definir oficialmente as atribuições e responsabilidades de cada agente envolvido;
- j) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela LOCADORA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- k) Notificar a LOCADORA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção.

CLÁUSULA QUINTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 – O Laudo de Vistoria de Entrada no imóvel será elaborado pelo LOCATÁRIO (através de servidor, membro ou comissão designada), mediante contrato assinado;

5.2 – O Termo de Recebimento de Chaves pelo LOCATÁRIO, no início da locação, somente deverá ocorrer após a elaboração do laudo de vistoria, e será assinado conjuntamente por representante do LOCATÁRIO e do LOCADOR.

5.3 – A entrega das chaves não deverá ultrapassar 5 (cinco) dias, após assinatura do contrato;

5.4 – O LOCATÁRIO obriga-se a manter e restituir o imóvel, ao término da locação, nas condições previstas no Laudo de Vistoria de Entrada, ressalvados os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal, e resguardadas as hipóteses de modificação regulamentadas por acordo entre as partes e o direito de indenizar os eventuais danos.

5.5 – A extinção do contrato de locação dependerá da aprovação prévia do Termo de Vistoria de Saída.

5.6 – O Laudo de Vistoria de Saída do imóvel será realizado pelo LOCATÁRIO em até 10 (dez) dias após a comunicação ao LOCADOR. Caso o LOCADOR não compareça na data agendada, prevalecerá para fins de verificação de eventuais danos o laudo exarado pelo LOCATÁRIO.

5.7 – Realizada a vistoria de saída, o LOCADOR será noticiado com prazo de 03 (três) dias para a entrega das chaves do imóvel, mediante a assinatura de termo de entrega, ato que põe fim à locação. O não comparecimento do LOCADOR importará no recebimento tácito das chaves.

5.8 – Eventual necessidade de apuração dos valores para indenização dos reparos para que o imóvel retorne ao estado em que se encontrava no início da locação, não constitui óbice para a entrega do imóvel e encerramento da locação. Não havendo acordo quanto a valores, poderá O LOCATÁRIO efetuar o pagamento do valor incontroverso da indenização, discutindo apenas o saldo.

5.9 – O LOCATÁRIO obrigará-se a pagar os danos/reparos apontados na vistoria de saída (sem prejuízo





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

de eventual negociação entre as partes), sendo que o orçamento para esses reparos deverá ser apresentado pelo LOCADOR, que será aferido pelo LOCATÁRIO, mediante pesquisa de mercado. Não havendo a apresentação do orçamento, caberá ao LOCATÁRIO tal providência, com posterior pagamento ao LOCADOR do valor obtido.

5.10 – O LOCATÁRIO deverá entregar todas as chaves, internas e/ou externas, bem como os comprovantes de pagamento por meio de contra recibo, do consumo final da luz, água/esgoto e do desligamento do telefone e das eventuais taxas, caso o LOCADOR, sendo possível, não pretenda manter quaisquer desses serviços em funcionamento, deverá ser realizada a transferência imediata.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1. – O prazo da presente locação será de **12 (doze) meses**, contado da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 107 da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. – DO VALOR DO ALUGUEL

a) O valor estimado desta contratação é de **R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)**, referente à locação por 12 (doze) meses, com valor mensal de **R\$ 3.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, destinado ao funcionamento do Centro de Referência de Atendimento à Mulher - CRAM.

7.2. – DOS CRITÉRIOS DO PAGAMENTO:

a) Os pagamentos serão efetuados conforme disponibilidade financeira da Administração, após a protocolização da Nota Fiscal/Fatura que deverá ser atestada pelo fiscalizador competente, liquidada pela Contabilidade e seja encaminhada à Diretoria Administrativa e Financeira da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Na data da apresentação da fatura a **CONTRATADA** deverá estar de posse, em plena vigência, da certidão negativa de débito com a seguridade social (CND), da CNDT e da certidão de regularidade com o FGTS, além das certidões de regularidade com os tributos municipal, estadual e federal, sob pena de não pagamento.

b) Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a **CONTRATADA** adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

c) Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

d) O pagamento será efetuado pela Administração para a empresa a ser contratada da seguinte forma: mensalmente, conforme fornecimento, através de crédito em conta corrente ou cheque nominal, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e depois de atestada pelo **CONTRATANTE** o recebimento parcial/definitivo do objeto licitado.

e) Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificar proponente que assim o fizer.

f) Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da empresa a ser contratada.

g) O pagamento não isenta a empresa a ser contratada da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

8.1. – O presente contrato será rescindido, independentemente de comunicação prévia ou indenização para ambas as partes, nos seguintes casos:

a) Desapropriação do imóvel;

b) Inadimplemento das condições contratuais ou descumprimento de qualquer cláusula deste contrato pela **LOCADORA** ou **LOCATÁRIA**, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

c) Ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no Capítulo VIII, nos Arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, aplicáveis à relação locatícia, garantida a prévia defesa;

d) Impossibilidade de plena utilização do imóvel locado em razão de impedimentos legais, regulamentares ou convencionais, sem direito a reclamação, indenização ou rescisão por parte da **LOCADORA**.

8.2. – Extinto o Contrato, por qualquer destes motivos, o (a) **LOCADORA** terá direito apenas, ao pagamento dos aluguéis vencidos;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

8.3. – Nos casos de interesse público e nas hipóteses de necessidade de acautelar a apuração administrativa de infrações contratuais pelo (a) LOCADOR (A), inclusive após a extinção do contrato, pode, provisoriamente, ocupar bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.

8.4. – A parte interessada na rescisão consensual deverá notificar a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município.

AÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
2.173	3.3.90.36	500

CLÁUSULA DECIMA – DA SEGURANÇA DA LOCAÇÃO

10.1. – A LOCADORA, por si e seus sucessores, compromete-se a garantir à LOCATÁRIA, durante o prazo do contrato e suas eventuais prorrogações, o uso pacífico do imóvel. Em caso de venda, a LOCADORA deverá incluir na escritura a obrigação da compradora de respeitar integralmente as condições deste contrato, sendo essa providência e seus custos de responsabilidade da LOCADORA.

10.2. – Em caso de alteração subjetiva na propriedade do imóvel locado, a mudança de LOCADORA será formalizada por termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO TERMO DE VISTORIA E DA ENTREGA DAS CHAVES

11.1. – O Laudo de Vistoria Técnica de Entrada (LVTE) será elaborado pela LOCATÁRIA, por meio de servidor, membro ou comissão designada, mediante assinatura do contrato;

11.2. – O Termo de Recebimento de Chaves pela LOCATÁRIA somente será assinado após a elaboração do Laudo de Vistoria Técnica de Entrada, com a participação de representantes de ambas as partes.

11.3. – O imóvel será recebido definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante a elaboração de termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

11.4. – A LOCADORA deverá corrigir, refazer ou substituir qualquer item que apresente divergência em relação às especificações fornecidas, bem como realizar as adequações necessárias, sem ônus para a LOCATÁRIA.

11.5. – A LOCATÁRIA obriga-se a manter e restituir o imóvel nas condições previstas no Laudo de Vistoria Técnica de Entrada, ressalvados desgastes naturais e modificações previamente acordadas entre as partes, sendo responsável por eventuais danos.

11.6. – A extinção do contrato dependerá da aprovação do Termo de Vistoria Técnica de Saída.

11.7. – O Laudo de Vistoria Técnica de Saída será realizado pela LOCATÁRIA em até 5 (cinco) dias após a comunicação à LOCADORA. Caso esta não compareça na data agendada, prevalecerá o laudo elaborado pela LOCATÁRIA.

11.8. – Após a vistoria de saída, a LOCADORA será notificada e terá 5 (cinco) dias úteis para a entrega das chaves, mediante assinatura do Termo de Entrega, que formaliza o encerramento da locação. O não comparecimento da LOCADORA implicará no recebimento tácito das chaves.

11.9. – A necessidade de apuração de valores para indenização de reparos não impedirá a entrega do imóvel e o encerramento da locação. Em caso de desacordo sobre os valores, a LOCATÁRIA poderá pagar a parte incontroversa e discutir o saldo remanescente.

11.10. – A LOCATÁRIA será responsável pelo pagamento dos danos constatados na Vistoria Técnica de Saída, podendo negociar com a LOCADORA. O orçamento dos reparos será apresentado pela LOCADORA e aferido pela LOCATÁRIA mediante pesquisa de mercado. Se a LOCADORA não apresentar o orçamento, caberá à LOCATÁRIA providenciá-lo, com posterior pagamento do valor obtido.

11.11. – A LOCATÁRIA deverá entregar todas as chaves, internas e externas, bem como os comprovantes de pagamento dos consumos finais de luz, água/esgoto e a comprovação do desligamento ou transferência imediata da linha telefônica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTROLE E DA GARANTIA DA EXECUÇÃO





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

12.1. – Nos termos do Art. 117. da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, será responsável por acompanhar e fiscalizar a entrega do imóvel, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. – A Administração poderá designar outro fiscal, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

12.3. – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

12.4. – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas e defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.5. – Não haverá exigência de garantia nos termos do Art. 96, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) após a entrega e aceitação definitiva do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. – A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no contrato, sujeitará ao (a) LOCADOR (A), garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

I – advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto de contratação;

II – multa;

II.1 – moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor mensal da locação;

II.2 – compensatória de 1,0% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial de obrigação assumida;

III – suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Alagoinhas pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o município pelos prejuízos causados;

13.2 – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

13.3 – A aplicação de quaisquer penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei 9.784/99.

13.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a LOCATÁRIA, observando o princípio da proporcionalidade;

13.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à LOCATÁRIA serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município de Alagoinhas, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na dívida ativa do município de Alagoinhas e cobrados judicialmente.

13.6 Ficam assegurados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um servidor ou empregado público formalmente designado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o qual atuará como Fiscal do Contrato, podendo ser assistido por equipe de apoio.

14.2 Compete ao Fiscal do Contrato:

I - Acompanhar a execução contratual, promovendo o registro de todas as ocorrências relativas ao seu andamento, inclusive falhas e irregularidades, em relatório ou termo próprio;

II – Verificar o cumprimento das obrigações contratuais pela LOCADORA, comunicando ao Gestor do Contrato as eventuais infrações ou situações que demandem providências;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

- III – Exigir da LOCADORA a correção de falhas, defeitos ou irregularidades verificadas durante a execução do contrato;
- IV – Atestar as notas fiscais ou faturas, condicionando os pagamentos à efetiva prestação dos serviços ao cumprimento das condições pactuadas;
- V – Elaborar relatórios circunstanciados sobre a execução contratual, sempre que solicitado ou quando ocorrer fato relevante;
- VI – Notificar formalmente a LOCADORA, fixando prazo para saneamento de qualquer irregularidade ou imperfeição verificada.
- VII – O acompanhamento e fiscalização do contrato não eximem a LOCADORA de suas responsabilidades contratuais, nem implica, solidariedade ou corresponsabilidade da Administração Pública por eventuais danos causados a terceiros
- VIII – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas ao Gestor do Contrato, para adoção das medidas cabíveis.
- IX – Prevê-se que o fiscal do contrato seja exercido por servidor a ser formalmente designado por ato administrativo próprio, sendo indicada para fins de planejamento, a servidora **LEIDIANY MORAES ROCHA**, no cargo de **DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL**, com perfil e competência técnica compatíveis, e o Gestor a servidora **ANA FRANCISCA CRUZ SANTOS**, no cargo de **DIRETORA FINANCEIRA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 15.2. – Todas as comunicações entre as partes, modificação, alteração ou aditamento a qualquer instrumento, somente terão validade se feitas por escrito e desde que se comprove o recebimento pela parte contrária e, quando for o caso, assinado pelas partes.
- 15.3. – Os casos omissos ou dúvidas que surjam quando da execução do Contrato serão resolvidos pela Procuradoria Geral do Município;
- 15.4. – Este instrumento poderá ser alterado em decorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 124, da Lei nº 14133/21, com as devidas justificativas;
- 15.5. – Reserva-se ao LOCATARIO o direito de ampliar ou reduzir o objeto deste Contrato, no limite legal, garantindo-se ao LOCADOR o pagamento dos custos que forem acrescidos;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

- 16.1. – Fica eleito o Foro da cidade de Alagoinhas, Estado da Bahia, para solução de questões relativas a este Contrato, com expressa renúncia das partes a qualquer outro, por mais especial que seja. E por estarem de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Alagoinhas, 25 de fevereiro de 2026.

Lianne Araujo Carmo

LIANNE ARAUJO CARMO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
LOCATÁRIO

Jorgelêa Cana Brazil Freitas Costa

JORGELÊA CANA BRAZIL FREITAS COSTA
LOCADORA

TESTEMUNHA 1: *Silvênio José Alves Costa*

CPF/MF: 467930547910

TESTEMUNHA 2: *Edelci Ferreira da Silva*

CPF/MF: 827.065.495-72





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **JORGELEA CANA BRAZIL FREITAS**

CPF/CNPJ: **152.858.205-53**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:49:26 do dia 04/02/2026, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: **I4II040226094926**

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Resultado de consulta consolidada

Consultado: **JORGELEA CANA BRAZIL FREITAS**

CPF/CNPJ: **15285820553**

Data consulta: 04/02/2026 09:50:19

Não é possível a emissão da certidão Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), pois foram identificados os seguintes registros:

Certidão	Bases de dados consultadas	Situação
Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)	CEIS novo	Falha de conexão com a base de dados, tente novamente mais tarde.
Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)	CGU-PJ	Nada consta.
Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)	CNEP NOVO	Falha de conexão com a base de dados, tente novamente mais tarde.
Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)	CEPIM	Falha de conexão com a base de dados, tente novamente mais tarde.
Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)	Certidão negativa correccional Ente Privado (ePAD)	Nada consta.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (04/02/2026 às 09:50) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 152.858.205-53.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6983.409D.1ECA.E437 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



CONTRATO Nº 033/2026

Prefeitura Municipal de Alagoas

Contrato nº 033/2026

Data/hora do envio: 02/03/2026 08:26:33

Protocolo PNCP: 13646005000138-2-000023/2026

Link PNCP: <https://pncp.gov.br/app/contratos/13646005000138/2026/23>

Número/Ano: 033/2026	Nº do Processo: 276/2026	Tipo de Contrato: Contrato		Unidade: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	
Compra/Edital/Aviso: Inexigibilidade nº INEX0005/2026 https://pncp.gov.br/app/edital/13646005000138/2026/17		Categoria do Processo: Locação de Imóveis		Recetta ou Despesa? Despesa	
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA AVENIDA SEVERINO VIEIRA, Nº 427, CENTRO, ALAGOINHAS-BA PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER - CRAM					
Valor Inicial: 42.000,00	Nº de Parcelas: 1	Valor da Parcela: 42.000,00	Valor Global: 42.000,00	Valor Acumulado: -	
Data da Assinatura: 25/02/2026	Data de Início da Vigência do Contrato: 25/02/2026	Data de Término da Vigência do Contrato: 24/02/2027			

Fornecedor

Nome ou Razão Social: JORGELEA CANA BRAZIL FREITAS COSTA	CPF/CNPJ: 152.858.205-53	Tipo da Pessoa: Pessoa Física (PF)
---	-----------------------------	---------------------------------------

Certificação Digital: GRERSBHG-D0GPKTYJ-GGMO1JKQ-YOHTVIGK

Versão eletrônica disponível em: <https://doem.org.br/ba/alagoas>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil